

Os ganhos com o "spread" zero

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A proposta de **spread zero** para a dívida brasileira representaria uma economia anual de US\$ 1,3 bilhão por ano para o País, se for aceita pelos bancos credores privados, disse ontem o ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

O ministro recusa-se a considerar a proposta — feita durante sua viagem aos Estados Unidos — mera posição de negociação. "Se os bancos aceitam dar desconto de 30% na dívida, por que não podem dar **spread zero**", pergunta. Para chegar aos US\$ 1,3 bilhão de economia, o ministro calculou 2% — o **spread** que o Brasil paga atualmente — de US\$ 67 bilhões que correspondem à parcela devida aos bancos privados.

O ministro da Fazenda deu uma entrevista coletiva no início da noite de ontem, em seu gabinete, para fazer o balanço da viagem. Repetiu que ela foi "plenamente bem-sucedida", e procurou demonstrar que os parâmetros iniciais de negociação que levou aos credores não são tão difíceis de ser atingidos. Além do **spread zero**, Bresser comentou a reivindicação de que o acordo com os bancos privados seja feito em primeiro lugar, e desvinculado do eventual acordo futuro com o FMI.

"Os bancos não mostraram nenhum interesse pelo FMI, a não ser pelo problema aritmético", disse. Ele explicou qual é o problema: se o Brasil consegue dos bancos Cz\$ 7,2 bilhões para refinarçar os juros de 87 e 88, como está querendo, e depois recebe mais US\$ 1 bilhão do FMI,

haveria, aí, uma sobra de US\$ 1 bilhão, que poderia ser usada, do ponto de vista dos bancos, para pagar parte dos juros.

"Mas já tínhamos a resposta pronta". O Brasil quer usar esse eventual bilhão de dólares do FMI para recompor reservas, afirmou. Ele esclareceu um pouco melhor a reação das autoridades americanas à

proposta brasileira: "O Volcker (presidente do Federal Reserve, o Banco Central americano) disse que vai ser difícil os banqueiros privados aceitarem, mas o Baker (secretário do Tesouro) garantiu que não vai criar obstáculos".

UMA "FRESTA"

O verdadeiro problema, para o ministro da Fazenda, é de poder. Com essa proposta, disse, o Brasil abre "uma fresta, não um rombo" — ele fez questão de acentuar — no sistema que rege as finanças internacionais. O ministro ilustrou com as mãos o sistema — uma pirâmide, na qual o FMI é o topo, as agências internacionais e governos vêm abaixo e os bancos privados formam a base. Bresser também fez questão de deixar claro que toda essa discussão diz respeito apenas à renegociação de curto prazo, dos juros que vencem até o final de 88. A longo prazo, a proposta é outra — poderia até ser considerada "um rombo" no sistema. O ministro quer que credores e devedores dividam o deságio de mercado das dívidas externas do Terceiro Mundo, hoje em torno de 30% a 40%, para reduzir o valor real das dívidas.

"Seria uma solução política e de mercado, ao mesmo tempo", disse Bresser, afirmando que "está claro e limpo que tudo se encaminha para essa solução". Bresser citou duas recomendações nesse sentido, feitas pelo Congresso americano, e lembrou o discurso do ministro das Finanças das Filipinas, ao fechar um acordo de renegociação da dívida de seu país há duas semanas, no qual ele também defendeu essa proposta.